

• Política

ADUBOS TREVO GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

“Centrão” perde e negocia acordo

Surpresa no Palácio do Planalto

por Sérgio Garschagen de Brasília

por Mariângela Hamu de Brasília

O “Centrão” sofreu ontem a sua maior derrota na Assembleia Nacional Constituinte, na primeira sessão plenária destinada a examinar um dos temas mais polêmicos da futura Constituição e que deu origem ao próprio “Centrão”: o capítulo referente à nova ordem econômica e financeira para o País.

O governo atribuiu a derrota sofrida ontem na Constituinte pelo “Centrão” — grupo de tendência conservadora afinado com as teses do Planalto — a uma forte união entre as lideranças do PMDB, os partidos de esquerda e um pequeno mas poderoso grupo de representantes dos “empresários cartoriais” e das empreiteiras, preocupados com a abertura do País à entrada de empresas estrangeiras. A informação é de um assessor presidencial.

mais preocupados com o futuro das empresas que representam do que com o futuro do País”, afirmou o assessor. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, um dos integrantes do governo mais identificados com as teses defendidas pelo “Centrão”, afirmou ontem, a este jornal, que a derrota do texto defendido por seu grupo é resultado de uma divisão dentro do próprio empresariado.

mo de coerência”, afirmou Magalhães. O ministro não acredita que os resultados da votação de ontem inspirem uma mudança na tendência, na opinião dele, nitida, de aprovação de um mandato de cinco anos para o atual presidente da República, que será votado dentro de vinte dias, pela Constituinte. O Palácio do Planalto continua prevendo uma boa margem de votos a favor das teses do governo.

beu a visita de representantes da associação de laboratórios nacionais e da Frente Parlamentar Nacionalista, defensores do texto da Comissão de Sistematização, cujos partidários deixaram de inviabilizar por um único voto a derrota definitiva do projeto do “Centrão”, que será reexaminado hoje.

“Hoje vamos curar a resaca”, desabafou logo após a votação o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, da Bahia, um dos principais articuladores da decisão tomada antontem pelo “Centrão” de abandonar as negociações com seus adversários e comparecer à sessão de ontem da Constituinte para tentar impor pelo voto a sua proposta. O sabor de vitória ficou com o senador Mário Covas, de São Paulo, líder do PMDB na Constituinte, que defendia a proposta da Comissão de Sistematização e até o último momento insistiu em uma solução negociada por acreditar que também o seu lado não conseguiria a maioria.

curar uma definição de consenso, aceita pela maioria dos parlamentares. Embora haja explicações diversas para a derrota do “Centrão”, diversos parlamentares têm uma opinião em comum. A de que uma “parcela silenciosa” da Constituinte teria rejeitado tanto a definição exigida pelo “Centrão” quanto a proposta pela Comissão de Sistematização, que tem o apoio das esquerdas e partidos minoritários.

sentem demonstram a insatisfação quanto às posições que os dois lados procuravam impor. “Não há coesão no que se refere a doutrinas políticas”, constatou o deputado Afif Domingos (PL-SP), lembrando que muitos parlamentares votaram contra os interesses de grupos políticos. Logo após a votação, Afif Domingos encontrou-se com o senador Mário Covas (PMDB-SP) com o objetivo de propor uma reunião, a ser realizada hoje, destinada a procurar um consenso, “evitando-se os interesses corporativistas de ambos os lados”.

ele aceita negociar. Ao contrário do deputado Delfim Netto, Cardoso Alves afirma que a derrota “deve-se aos interesses dos setores de química fina, da indústria farmacêutica e dos empresários da área de informática que se juntaram aos setores empresariais interessados em garantir o mercado interno com as esquadras. Foi uma vitória dos cartórios”, adiantou. Para ele, apenas as confederações de agricultura e comércio apoiam totalmente os pontos de vista do “Centrão” sobre o assunto.

Eles confundem os seus interesses com os interesses do País”. Ele não quis adiantar, entretanto, quais seriam esses parlamentares. Para o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos articuladores do “Centrão” nas votações anteriores, muitos parlamentares não tinham uma posição firmada das suas lideranças sobre a votação. “Faltou conversar”, disse.

“É preciso não temer os investimentos externos”

O apelo do líder Mário Covas pela negociação do projeto

“Já é uma batalha perdida para o liberalismo econômico”



Ives Gandra da Silva Martins

por Wanda Jorge de Campinas A formulação da nova Constituição, no atual estágio em que está, “já é uma batalha irremediavelmente perdida para o liberalismo econômico”. E o que acha o jurista Ives Gandra da Silva Martins, presidente da Academia Internacional de Direito e Economia, que esteve ontem em Campinas, falando a empresários da região. Em sua opinião, a Constituinte tem artigos ilegíveis, foi orientada basicamente para interesses do Norte e Nordeste e deforma o padrão legislativo em vigor.

do pela Constituinte parte, segundo Silva Martins, das próprias determinações de ordem social. Ele diz que o governo aumentou suas atribuições e consequentemente seus gastos, ao mesmo tempo que terá reduzido sua arrecadação. “Se hoje o déficit público já atinge 30% do PIB, com a nova Constituição proposta, a situação vai-se agravar ainda mais.” O jurista argumenta que dos dez impostos repassados para a União, ficarão sete. A União perde quatro impostos, mas ganha um, que é o tributo sobre grandes fortunas. Sua receita, que se compõe atualmente de 46% de tributos arrecadados, cai para 36%, diz Silva Martins. Ao mesmo tempo, a dos municípios cresce de 17 para 22% e a dos estados sobe de 37 para 40%. Em sua opinião, não se pode transferir receita sem transferir, da mesma forma, atribuições. Mas como tal medida representaria redução de poder, fica a distorção, diz o jurista.

por Cristina Borges do Rio

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Ontem à noite, as primeiras gestões

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O governador do Maranhão, Epietácio Cafeteira, disse ontem que não aceita a forma “tupiniquim” como os assuntos do capítulo da Ordem Econômica estão sendo tratados pelos constituintes. “Já foi o tempo em que o capital estrangeiro era o bicho-papão. É preciso não temer os investimentos externos, porque partiu deles o desenvolvimento do Brasil”, disse ele. Na sua opinião, empresa nacional é a que tem vínculo com o País e paga impostos. “Há muita empresa nacional que escorrega os seus lucros para os bancos na Suíça, disfarçada ou deslavadamente. Os empresários que agem assim são os ladrões da economia nacional”, disse Cafeteira.

“Centrão” representam a média da população brasileira e que a Assembleia Nacional Constituinte se afastou das bases que elegeram seus parlamentares. “So há a soberania da Constituinte quando ela coincide com os interesses dos partidos políticos”, disse Cafeteira. Cafeteira mostrou-se favorável à suspensão da CPI da Corrupção, porque nada será apurado. Além de criar situações constrangedoras, caso o poder Executivo onerasse o Judiciário para intimar o ex-ministro Bresser Pereira, que declarou haver pessoas corruptas junto ao presidente José Sarney.

a concretização de acordos preliminares. O senador paulista pediu a seus companheiros de bancada que antes de votar consultassem os textos elaborados pelo partido. Aos demais constituintes, afirmou: “Estou aqui para dizer que defendo e continuo defendendo que a Casa aja com pluralidade”. O senador lembrou que desde a quinta-feira da semana passada foram realizadas várias reuniões com as lideranças partidárias e do “Centrão”. “O avanço que tivemos nasceu das propostas do senador Severo Gomes para a definição de empresa nacional. Essa proposta”, disse, “refere-se ao fato de dizer que o que

é brasileiro é brasileiro e o que é estrangeiro é estrangeiro. Não há vergonha nisso.” A mesma posição foi defendida pelo deputado Luis Salomão (PDT-RJ) que se pronunciou contra a aprovação do texto do “Centrão” em nome dos partidos de esquerda. “Queremos uma fronteira nitida sobre o que seja nacional, distinguindo a empresa que não tenha seu poder de decisão aqui. Essa será considerada nacional, mas não terá os benefícios concedidos àquelas cujo controle efetivo esteja nas mãos de brasileiros”, explicou.

(PDS-MG) disse que “as lideranças dos partidos que compõem o ‘Centrão’ não se radicalizaram. Nossa palavra de ordem é o diálogo, chegar a um entendimento para que o capítulo seja votado no mais alto índice de consenso”. Ele disse que sua posição radical seria não votar o texto do “Centrão”, que sistematicamente tem servido de texto-base para as votações. O senador Mário Covas, em seu discurso, contrapôs Andrada, afirmando que “é fácil negociar quando se é minoria e é difícil negociar quando se é oposição. Difícil é negociar quando se é maioria e quando se é situação”.

primeiros artigos do capítulo que está em votação e chegou-se a um entendimento preliminar sobre as alternativas a serem apresentadas na votação de hoje. Em relação à definição de empresa nacional, voltou a ser discutida — e, segundo Brito, nem recebida — a definição anteriormente proposta pelo PMDB. A reunião definitiva entre os grupos se realiza hoje pela manhã antes da sessão, marcada para as 16 horas.

Empresários acham mais viável saída negociada

por Antônio Gutierrez de São Paulo

Os riscos do “lobby” do setor agrícola

No plenário, uma mudança de curso

A necessidade de 280 votos

DEMORA

por Antônio Gutierrez de São Paulo

Mobilização dos estados para garantir “royalties”

Os estados produtores de petróleo vão mobilizar-se no segundo turno de votação da Constituinte para derrubar o dispositivo constitucional aprovado na primeira votação, que determinou a isenção do imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) às operações interestaduais de petróleo, combustível e energia elétrica.

O otimismo dos constituintes do “Centrão” para a votação do capítulo da Ordem Econômica começou a diminuir no início da tarde de ontem, quando os últimos cálculos foram feitos. Pela manhã, os líderes ainda acreditavam poder colocar em plenário mais de 280 votos favoráveis ao texto elaborado pelo grupo.

Por Ana Cristina Magalhães de Brasília

mento prevê que não sendo alcançado o quórum de 280, por nenhum dos lados, a votação deve ser repetida na sessão seguinte a ser realizada 24 horas depois. Por isso, o texto do “Centrão” será apreciado hoje novamente. Se aprovado, ele servirá de base para as votações do capítulo I. Se o resultado da votação de ontem tivesse sido diferente, ou seja, se apenas mais um constituinte tivesse votado contra o projeto do grupo conservador, totalizando 280 votos, o procedimento regimental a ser adotado seria outro.

Por Ana Cristina Magalhães de Brasília

do PDS, sem maior articulação, também ficou dividida até o último instante, e seriam os votos desses dois partidos (ou as abstenções) que definiriam a sorte da votação. “Foi a melhor coisa que poderia acontecer” — comentou depois o líder do PTB, Gastone Rigbi — “a posição dos que se absteram foi importante para a Constituinte, porque apontou o caminho da negociação. O resultado mostrou que há uma porção de constituintes que não aceitam nem o texto do ‘Centrão’, nem o da Sistematização”. O deputado Delfim Netto (PDS-SP) calculou em 40 a 50 o número desses constituintes. Delfim votou com o texto do “Centrão”, mas já esperando que não fosse mantido. Foi essa, também, a justificativa do senador Jarbas Passarinho: “Eu tenho alguns conflitos com esse texto. Mas como sabia que não passaria, votei a favor”.

Por Ana Cristina Magalhães de Brasília

ção. Na hipótese de ser aprovado, esse texto serviria de base para as votações do capítulo I, ressalvados os destaques. Sendo também rejeitado, ocorreria o “buraco negro” e caberia então ao relator Bernardo Cabral ou à maioria absoluta dos constituintes apresentar, em até 48 horas, uma proposta alternativa. Na prática, essas hipóteses ainda podem concretizar-se. Para isso será preciso que o texto do “Centrão” seja novamente rejeitado hoje pela Assembleia Constituinte. Do contrário, será o texto-base das votações, ressalvados os destaques apresentados ao capítulo.

Os riscos do “lobby” do setor agrícola

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, comentou ontem a propósito das emendas que estão em pauta da Assembleia Nacional Constituinte, que anistiam as dívidas dos agricultores, que é preciso que “se tome muito cuidado para que medidas que beneficiem não inviabilizem a agricultura”. Exemplificou afirmando que se o governo entendesse de perdoar todos

os débitos dos agricultores, algo em torno de CZ\$ 500 bilhões, o Ministério não teria recursos para a próxima safra. Ele disse, segundo a EBN, que é preciso “trabalhar com cautela, acudir aqueles segmentos, principalmente os débitos de investimentos”, porque, segundo ele, muitos estão em dificuldades.

UMA POSIÇÃO COMUM A bancada do PTB ainda estava empenhada em definir uma posição comum, com a sessão já em andamento. Os petebistas estavam divididos: não queriam votar a favor do projeto do “Centrão”, que consideravam liberal em excesso, mas também não admitiam na íntegra o texto da Sistematização. So pouco antes do início da votação, a maioria se decidiu pela abstenção, o que alarmou ainda mais os líderes do “Centrão”. A bancada

O empresário e deputado Ronaldo Cesar Coelho disse que “ficou claro que é preciso negociar. Então vamos negociar”, disse ele, apoiado pelo deputado Delfim Netto. Na mesma linha, o deputado comunista Roberto Freire acrescentou: “É evidente que a negociação é necessária. Há uma rejeição clara às concepções do ‘Centrão’”. O deputado Bonifácio de Andrada também passou a admitir a negociação, mas entende que cabe ao grupo do senador Mário Covas fazer propostas concretas. A posição mereceu uma discreta crítica do senador Jarbas Passarinho, que preferia um acordo prévio.

No dia em que os ingleses venceram, foi muito difícil para os franceses negociarem a rendição: os ingleses se mostravam irredutíveis. Eles não estavam acostumados a vencer”. Ontem, pela manhã, o líder do PFL e um dos coordenadores do “Centrão”, deputado José Lourenço, afirmava no programa “Bom Dia Brasil”, da Rede Globo de Televisão, que a proposta da Comissão de Sistematização na área econômica, “levou o Brasil para a inviabilidade. Ele disse ainda que os que apoiam essa tese sabem que contribuem para inviabilizar o País e agravar os problemas sociais e políticos”.

O debate dos constituintes sobre o assunto deve eliminar os radicalismos de esquerda e direita, na opinião do diretor do Departamento do Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Deceex/FIESP), Jamil Nicolau Aun. “Não se pode fechar essa questão de maneira absurda ou as empresas estrangeiras já instaladas no País acabam saindo”, disse Aun. Ele garante que qualquer decisão que seja tomada pelos constituintes também não atingirá diretamente sua empresa — a Indústria de Papel e Celulose de Salto S.A. Mas, ele faz uma ressalva caso seja tomada uma decisão incompatível com a economia internacional: “Ou o Brasil se abre, ou fica isolado”.

completou. O diretor-adjunto do De-

Mobilização dos estados para garantir “royalties”

Os estados produtores de petróleo vão mobilizar-se no segundo turno de votação da Constituinte para derrubar o dispositivo constitucional aprovado na primeira votação, que determinou a isenção do imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) às operações interestaduais de petróleo, combustível e energia elétrica.

A informação é do secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte, José Daniel Diniz, que está satisfeito com a reforma tributária aprovada pela Constituinte. ISENÇÃO Com a isenção do ICM às operações de petróleo, o Rio Grande do Norte deixará de ganhar cerca de CZ\$ 450 milhões por mês, recursos que poderiam ser incor-

por Antônio Gutierrez de São Paulo

completou. O diretor-adjunto do De-

completou. O diretor-adjunto do De-

completou. O diretor-adjunto do De-

completou. O diretor-adjunto do De-